

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 13.083, DE 29 DE JULHO DE 2026. Institui o Programa Alerta Mulher Segura e regulamenta a monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência da Lei Maria da Penha.

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 15.479, DE 29 DE JULHO DE 2026. Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a transferência automática do montante da prestação alimentícia.

Ministério do Trabalho e Emprego/Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.157, DE 28 DE JULHO DE 2026. Autoriza a distribuição de parte do resultado positivo auferido pelo FGTS no exercício 2025, para crédito nas contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores.

